



OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR

INTERNATIONAL ORGANIZATIONS AND PUBLIC POLICIES FOR HIGHER EDUCATION

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v15i2.1128>

Waldemar Moura Vilhena Júnior - Universidade Estadual de Roraima/UERR (<http://lattes.cnpq.br/3998440471398720>)

Resumo: Trata-se de um Ensaio de caráter bibliográfico no qual procuramos refletir a partir de uma perspectiva sociológica sobre o papel dos Organismos Internacionais e suas influências e/ou interferências nas Políticas de Ensino Superior no Brasil. Com efeito, o trabalho está dividido em quatro seções, que incluem a introdução e a conclusão: na primeira parte tratamos sobre os Organismos Internacionais e suas influências nas Políticas Públicas de Ensino Superior; na segunda parte, fizemos incursões no contexto das Políticas Públicas de Ensino Superior e suas relações com os governos e os partidos políticos a partir das diretrizes do grande capital capitaneadas pelo Banco Mundial e por suas organizações subsidiárias. E, finalmente, na conclusão, buscamos relacionar a reflexão sobre as questões tratadas no artigo ao papel da interiorização do Ensino Superior.

Palavras-chave: Organismos Internacionais; Políticas Públicas; Ensino Superior.

Abstract: This is a bibliographic essay in which we seek to reflect under a sociological perspective about the role of International Organizations and their influences and/or interferences in Higher Education Policies in Brazil. In fact, the work is divided into four sections, which include the introduction and conclusion: in the first part, we deal with International Organizations and their influences on Public Policies for Higher Education; in the second part, we made incursions into the context of Public Policies for Higher Education and its relations with governments and political parties based on the guidelines of big capital led by the World Bank and its subsidiary organizations. And, finally, in the conclusion, we seek to relate the reflection on the issues addressed in the article to the role of the interiorization of Higher Education.

Keywords: International Organizations; Public Policies; Higher education.

INTRODUÇÃO

Falar sobre as Políticas Públicas para o Ensino Superior e sua relação com os organismos internacionais nos remete à execução de tais políticas aos governos e conseqüentemente aos partidos políticos que as apoiam, já que, dentro dos regimes democráticos que operam a máquina estatal, com seu aparato institucional, os arranjos políticos geralmente dão caráter legal ao processo, de forma que aquelas políticas que ocorrem sob o guarda-chuva do Estado materializam as mudanças sem que os organismos apareçam. Com efeito, entendemos que definir o Estado contemporâneo é uma questão complexa, principalmente em função das inúmeras interações necessárias e objetivas entre ele e a Sociedade, os quais, no contexto de globalização, são mediados pelos sujeitos políticos com seus desdobramentos inerentes aos poderes Executivo e Legislativo, que operam mais diretamente as Políticas Públicas. É nesse contexto que trataremos das relações dos Organismos Internacionais com os governos no manuseio das Políticas Públicas de Ensino Superior, entendendo-as não só como um direito social e político, mas também uma ação oriunda da responsabilidade do Estado em prestar o suporte formativo necessário ao desenvolvimento da sociedade, principalmente em se tratando do interior do País.

OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E SUAS INFLUÊNCIAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com Díaz e Mendonza (2018), os organismos internacionais foram criados no contexto da Segunda Guerra Mundial para ajudar na reconstrução dos países aliados no pós-guerra e para promover a cooperação no sentido de garantir a paz a partir da promoção de políticas e programas sociais e econômicos de cunho global como forma de promover estabilidade principalmente entre seus membros.

Entre los principales objetivos de los diferentes organismos internacionales se pueden destacar: promover la cooperación monetaria, el cumplimiento de los Derechos Humanos, el comercio internacional y las actividades de investigación, asesoramiento y capacitación; consolidar los puntos de vista de América Latina y defender sus intereses regionales; y fomentar la

colaboración entre las naciones a través de la educación, la ciencia y la cultura, etc. (DÍAZ; MENDONZA, 2018, p. 104).

Todo esse processo ocorre também no contexto da globalização desencadeada pelo desenvolvimento tecnológico, que cada vez mais aproxima países, quer concordemos, quer não com o que vai junto com ele, que em princípio não pode nem deve ser demonizado pelo mau uso das possibilidades que ele guarda. Tal processo se dá simultaneamente às relações econômicas, que muitas vezes escapam do controle dos Estados; alguns desses agentes do capital têm mais poder que o próprio Estado submetendo-o aos seus interesses. E, nesse contexto, a rápida e constante transformação na tecnologia da informação estimula a supressão das fronteiras em que empresas transnacionais movimentam, além do capital, uma vasta migração da força de trabalho.

[...] a globalização vincula-se a severas reduções no bem-estar social de populações humanas. Aumento em desigualdades entre países e grupos sociais, desemprego estrutural, crescimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas, intensificação de conflitos étnicos, não observância de direitos humanos, agressões ambientais, deterioração do espaço urbano e escalamento da violência – tudo isso tem sido imputado à globalização. (ALMEIDA FILHO 2007, p. 185; 186).

As conseqüências da globalização bem como das ações dos organismos internacionais nos sistemas educacionais provocam reações diversas que vão desde entusiasmos com as mudanças propostas, a elaboração de teorias conspiratórias como narrativas semelhantes às do período da Guerra Fria, até posições mais realistas que entendem as mudanças como processos de substituição do Estado pelo Mercado a partir dos modelos hegemônicos. As teorias conspiratórias não são novidades na política brasileira de modo geral; elas servem como desinformação; em alguns casos, podem ter seu fundo de verdade, mas, como estamos falando do Ensino Superior, trataremos uma fala que contribui para a reflexão entre o real e o “fictício”.

Vejamos uma síntese do que poderia ser uma ‘teoria conspiratória da reforma universitária’. O destino do País, do governo brasileiro, da universidade pública e de todos nós já estaria decidido nos gabinetes do FMI e do Banco Mundial ou pelos governos do G-5. Acordos secretos teriam sido celebrados e, em troca de ajustes macroeconômicos, concordou-se com o sacrifício das políticas sociais, incluindo nisso a privatização da universidade pública brasileira.

Não haveria no momento projeto de lei de Reforma Universitária do MEC na pauta do Congresso Nacional simplesmente porque a reforma do ensino já vem sendo engendrada, desde há muito tempo, sem conhecimento nem da população nem dos professores, servidores e estudantes. Dando continuidade ao ‘projeto neoliberal de Paulo Renato e FHC’, a ‘reforma universitária de Lula e do FMI’ estaria chegando de modo fatiado, disfarçada por meio de Projetos de Lei da Parceria Público-Privada, de Inovação Tecnológica, do ProUni e de Ação Afirmativa, em pauta do Congresso Nacional (ALMEIDA FILHO 2007, p. 156, 157).

Com efeito, sobre o papel dos Organismos Internacionais na formulação das políticas de Ensino Superior do Brasil, uma linha que deve ser observada é a necessidade de modernização real do sistema. É claro que junto com isso, que é um problema grave, aparecem os interesses do capital, que não se limita apenas ao grande capital internacional, pois os grupos locais também se juntam para reivindicar sua fatia junto ao cada vez mais enfraquecido Estado. No entanto, é também possível visualizar que o Estado não é exatamente tão impotente assim, pois ele segue o fluxo das correlações de forças econômicas e políticas presentes nos respectivos governos, os quais, no comando do Estado, podem se aliar em maior ou menor grau às pautas dos Organismos Internacionais, mas dificilmente ignorar totalmente certas “recomendações”.

No Brasil, assim como em toda a América Latina, experimentaram-se essas políticas principalmente na década de 1990, nos governos FHC, bem como nos governos petistas, mas em certa medida nos governos Lula e Dilma essas mesmas recomendações tiveram tratamentos distintos. Por exemplo: no período FHC ocorreu a modernização do Estado e conseqüentemente do Sistema Educacional, particularmente na legislação, a partir das reformas recomendadas pelo Consenso de Washington como pressupostos para acessar os recursos dos Organismos Internacionais, principalmente o Banco Mundial.

O Grupo Banco Mundial (GBM) é constituído por sete organizações com diferentes mandatos, gravitação política, estruturas administrativas e instâncias de decisão. São elas: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), criado em 1944; Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), criada em 1960; Corporação Financeira Internacional (CFI), de 1956; Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), de 1966; Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), de 1988; Instituto de Desenvolvimento Econômico (IDE), de 1955, renomeado de Instituto do Banco Mundial (IBM) em 2000; e Painel de Inspeção, criado em 1993. O chamado “Banco Mundial” é formado apenas pelo BIRD e pela AID, mas mantém estreita articulação com o conjunto do GBM, à exceção, em parte, do Painel de Inspeção. (PEREIRA, 2014, p. 78).

A estratégia das políticas das diversas agências ligadas ao BM pautava-se em uma espécie de contrarreforma do Estado, visto que a ideia não era aprimorar o Estado em si, mas sim adequá-lo ao capitalismo neoliberal como forma de controlar suas crises cíclicas, o que se daria a partir dos empréstimos de organismos multilaterais (outra organização que merece destaque, e não é ligada diretamente aos interesses norte-americanos, mas, assim como eles, busca posição de influenciar e/ou de interferir nos assuntos internos dos países sob o pretexto de auxiliá-los, é a OCDE¹), sempre à custa de medidas severas de controle dos gastos públicos, o que inevitavelmente impacta os mais pobres e o trabalhador precarizado, mas, no limite, atinge todos os não ricos ou muito ricos. Hoje sabemos que o mercado global é sensível a qualquer tipo de instabilidade, seja na redução no volume do comércio mundial, seja no mercado financeiro; e, para resolver e/ou diminuir o problema, é necessário que as

instituições que integram aquilo que eu denomino o “nexo Estado-finanças” do capital (o Federal Reserve e o Tesouro dos EUA, com o apoio do FMI, e os principais bancos centrais do mundo) gerenciem efetivamente as reservas internacionais de dólar no comércio mundial. Sem o padrão-ouro, vivemos hoje em um mundo no qual apenas a manipulação e a gerência humana nos separam de uma catástrofe nos mercados financeiro e de

1 A OCDE foi criada para suceder a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), criada em 1948 durante a reconstrução da Europa no pós-guerra. A partir de 30 de setembro de 1961, a instituição passou a se chamar Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), com sede em Paris, França, e inclui os Estados Unidos e o Canadá entre países-membros. A OCDE trabalha juntamente com governos, formuladores de políticas e sociedade civil no estabelecimento de padrões internacionais baseados em evidências e na busca de soluções para uma série de desafios sociais, econômicos e ambientais. Assim, os países-membros e parceiros da OCDE compartilham experiências e buscam soluções para problemas comuns. Por meio de estudos de revisão por pares (Peer Reviews), por exemplo, os países avaliam o desempenho político uns dos outros e propõem recomendações para melhorias. As atividades da OCDE contemplam diferentes áreas relacionadas às políticas públicas, como política econômica, governança pública, trabalho, ciência e tecnologia, governança corporativa, educação, meio ambiente, comércio, agricultura, economia digital, investimento, entre outras. Essas atividades envolvem etapas como 1. levantamentos estatísticos, elaboração de estudos e análises por parte do Secretariado da OCDE; 2. discussões sobre políticas públicas e intercâmbio de experiências nacionais; 3. estabelecimento de instrumentos legais e padrões internacionais (convenções, decisões, recomendações e declarações); e 4. avaliação de políticas públicas e compromissos nacionais, nos estudos de revisão por pares. Disponível: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/ocde/sobre-a-ocde-1>. Acesso: 16/08/2021.

commodities. Não se trata de defender aqui a volta do padrão-ouro. Isso seria igualmente desastroso, senão mais. (HARVEY, 2018, p. 167).

intocáveis e irretocáveis para o Brasil de hoje. (SOUZA, 2019, p. 146).

Parece-nos incontestável a necessidade de construção de sistemas alternativos com a participação de outros países e regiões fora da influência do dólar e do Tesouro norte-americano, pois é muito poder para um único país que usa sua máquina de guerra, a sua moeda para impor sua vontade principalmente aos países menos desenvolvidos econômica e militarmente.

É igualmente inegável o fato de que, nas últimas quatro décadas, os regimes de valor vêm convergindo cada vez mais, em especial em suas práticas de mercado de trabalho. Estamos mais próximos do que nunca na história humana de um mercado global de trabalho. É também inegável que há sinais de uma crescente homogeneização de vontades, necessidades e desejos entre as populações de classe média, por toda parte. Mas há ainda um bom caminho pela frente até a homogeneização total dos múltiplos regimes de valor existentes. Todavia, como geralmente ocorre com proposições de cunho marxista, não é difícil identificar forças contrárias de desintegração, dispersão e realização, de modo que a tensão entre universal e particular está sempre presente para ser interiorizada na própria lei do valor. (HARVEY, 2018, p. 167).

Isso posto, é a partir da redemocratização que o Brasil se insere no bojo das economias globalizadas (inicia com Collor e se aprofunda na transição do governo Itamar para FHC como veremos a seguir), a partir da adoção do Consenso de Washington, que, entre outras coisas, permitiu a adoção do modelo mercantil para o Ensino Superior, particularmente sob o governo FHC, baseado principalmente na expansão do ensino privado (não se podem negar as restrições orçamentárias, como também não se deve omitir a adoção de diretrizes dos Organismos Internacionais de Fomento largamente implementadas pelo PSDB).

Em resumo, a real e efetiva privatização do Estado, aquela feita pelos interesses organizados do mercado sob a forma de cartéis e oligopólios e sob a forma de atuação dos atravessadores financeiros, se torna completamente invisível conceitualmente. A ideia de patrimonialismo simplesmente inverte a relação real de causa e efeito na sociedade e vira o mundo real de cabeça para baixo. Melhor legitimação dos piores interesses de uma elite do saque e da rapina do trabalho coletivo me parece impossível. No entanto boa parte da esquerda – além de toda a direita, obviamente – tem esses autores e suas ideias como interpretações

A adoção das medidas sugeridas pelos organismos multilaterais contribuiu para a expansão mundial das matrículas do Ensino Superior a partir de Políticas Públicas guiadas fortemente pela hegemonia ideológica neoliberal, inserindo assim a lógica de mercado na administração pública e permitindo a instalação dos oligopólios – principalmente o norte-americano – no sistema privado de ensino como o *Laureate International Universities*². Portanto se deixa de ver a Educação Superior Pública como um setor estratégico de desenvolvimento humano nacional passando-se a operar na lógica comercial da competição entre sistemas de ensino, na busca pela eficiência e eficácia em termos de custos, na adoção de avaliações de metas e resultados (a avaliação deve ser feita; o que se deve questionar é se o dado coletado é o correto); e deixa-se de lado a formação para o humano e passa-se a formar *pelo e para o mercado*.

Isso se deu sob a égide do novo espírito do capitalismo – o financeiro –, o qual, a partir dos anos 1990, se consolidou a partir da batuta do neoliberalismo, o que reiniciou os mecanismos da acumulação infinita do capital, que, tendo ocupado parte significativa do Ensino Superior e estando avançando sobre esse, caminha também a passos largos na direção da educação básica por meio da iniciativa privada, de forma que esse sistema, com o advento das novas tecnologias, se mostra ainda mais perverso por ser ainda mais excludente, comprometendo assim as “palavras de ordem como criatividade, espontaneidade, liberdade, independência, inovação, ousadia, busca do novo etc. O que antes era utilizado como crítica ao capitalismo se tornou afirmação dele, possibilitando a colonização da nova semântica a serviço da acumulação” (SOUZA, 2019, p. 171).

Nos governos do Partido dos Trabalhadores, ocorreu uma mudança significativa na relação com a potência hegemônica que orchestra as diretrizes e as reformas encabeçadas pelos Organismos Multilaterais. Por exemplo: no período que vai de 2003 a 2015, o Brasil buscou descolar-se do papel subserviente que historicamente vinha tendo com relação aos EUA, buscando novas parcerias políticas

2 A Laureate International Universities é uma rede global de instituições acadêmicas privadas, sediada em Baltimore, Maryland, nos EUA, que em 2020 possuía 875 mil estudantes em 25 instituições de dez países como Brasil, Peru, Estados Unidos, México, Austrália e Reino Unido. A Laureate Brasil é formada por 12 instituições. São mais de 50 campi em sete estados, além dos polos EAD. A rede inclui 267 mil estudantes espalhados por instituições como FMU e BSP – Business School, os centros universitários UniNorte, IBMR, UniRitter, UniFG e Fadergs, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), a EAD Laureate e as universidades Anhembí Morumbi, UnP e Unifacs. Disponível: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/venda-laureate-brasil-anima/>. Acesso: 16/08/2021.

e econômicas tendo sido um dos arquitetos dos BRICS, o qual consideramos o maior feito daquele período. E no campo das Políticas de Educação Superior, apesar de não romper com o capital, também não reduziu o papel do Estado como fez o governo anterior; ao contrário, houve investimento na expansão e na interiorização, o que não encontra precedente na história do País. Sob os governos do Partido dos Trabalhadores as ideias para o novo Ensino Superior não miravam mais Harvard, e sim o Processo de Bolonha.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: GOVERNOS E PARTIDOS POLÍTICOS

Entendemos que o principal objetivo das coalizões em regimes presidencialistas é obter apoios relativamente previsíveis no Parlamento para aprovação do maior número possível de propostas oriundas do governo. Essas coalizões de modo geral seguem dois eixos, que compreendem as lógicas partidária e regional; sabe-se também que um dos principais interesses dos partidos políticos nessas relações é geralmente orientado para a obtenção de cargos e também para o controle sobre áreas tidas como estratégicas, visando a objetivos eleitorais. E é nesse aspecto que os partidos, com seus respectivos ministros, influenciam no processo de tomada de decisão no Executivo, de forma que o controle sobre determinada pasta permite acesso privilegiado de informações para decisões importantes para o partido e para o monopólio em ações e áreas de interesse de cada partido/ministro (ABRANCHES, 1988; FIGUEIREDO, 2007).

Como Adorno (1985), não podemos dissociar a Ciência da Política em função de sua abordagem acerca da transformação em mercadorias de coisas que não necessariamente são essenciais, mas que se tornam objetos de desejo de modo inconsciente, com a intencionalidade de quem as produziu; e isso – entendemos – se aplica também ao Ensino Superior.

O fato de que em toda carreira, mas sobretudo nas profissões liberais, os conhecimentos especializados estão, via de regra, ligados a uma mentalidade de conformismo às normas enseja facilmente a ilusão de que os conhecimentos especializados são os únicos que contam. Na verdade, faz parte do planejamento irracional dessa sociedade reproduzir sofrivelmente tão somente as vidas de seus fiéis. A escala do padrão de vida corresponde com bastante exatidão à ligação

interna das classes e dos indivíduos com o sistema (ADORNO, 1985, p. 124).

As Políticas Públicas como mediadoras para entender as necessidades sociais em sua busca por bem-estar – entendidas aqui como necessárias mesmo não sendo suficientes – são uma opção frente ao pauperismo que assola as populações que vivem do trabalho cada vez mais escasso. Nesse sentido, é possível que o excesso de ciências econômicas tenha chegado ao limite; e um pouco mais de interdisciplinaridade traria luz aos becos quase sempre sem saída resultantes dos sucessivos planos desumanos dos organismos multilaterais, impostos aos governos a partir de seus planos econômicos (tão presentes e vastamente utilizados pelos neoliberais) que penalizam geralmente os mais pobres.

Para Behring e Boschetti (2011, p. 44), no âmbito do desenvolvimento social, para compreender e analisar as políticas públicas numa perspectiva dialética, é preciso considerar primeiramente “a natureza do capitalismo, seu grau de desenvolvimento e as estratégias de acumulação prevaletentes. O segundo é o papel do Estado na regulamentação e na implementação das políticas sociais; e o terceiro é o papel das classes sociais”.

No âmbito político, é imprescindível compreender o papel do Estado e sua relação com os interesses das classes sociais, sobretudo na condução das políticas econômica e social, de maneira a identificar se dá mais ênfase aos investimentos sociais ou privilegia políticas econômicas; se atua na formulação, regulação e ampliação (ou não) de direitos sociais; se possui autonomia nacional na definição das modalidades e abrangência das políticas sociais ou segue imperativos dos organismos internacionais; se investe em políticas estruturantes de geração de emprego e renda; se fortalece e respeita a autonomia dos movimentos sociais; se a formulação e a implementação de direitos favorecem os trabalhadores ou os empregadores. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 44).

Conforme a fala das autoras, existe uma relação imbricada entre a natureza do capitalismo e o papel do Estado que deve ser observada, pois interfere no contexto político; e, nesse sentido, é fundamental que entendamos conceitualmente as Políticas Públicas, o que inevitavelmente nos remeterá a questões que englobam vários ramos do conhecimento humano, portanto esse conceito é interdisciplinar por natureza, pois qualquer tentativa de demarcar e/ou definir seus limites certamente os

abrangerá.

Para Di Giovanni (2009), a conceituação adequada dependerá da configuração histórica que serve de pressupostos às democracias modernas, por exemplo:

[...] uma capacidade mínima de planificação consolidada nos aparelhos de Estado, seja do ponto de vista técnico de gestão, seja do ponto de vista político. Pressupõe-se, também, certa estruturação republicana da ordem política vigente: coexistência e independência de poderes e vigência de direitos de cidadania; e pressupõe-se, finalmente, alguma capacidade coletiva de formulação de agendas públicas; em outras palavras, o exercício pleno da cidadania e uma cultura política compatível. Do ponto de vista histórico, podemos dizer que tais requisitos constituíram-se de modo nem sempre uniforme nas modernas sociedades capitalistas desde o século XIX, mas que foram consolidados principalmente depois da Segunda Guerra Mundial (DI GIOVANNI, 2009, p. 01 e 02).

No momento atual, estamos sob o efeito de um tipo de ruptura da qual fala o autor supracitado (entendemos que o processo de ruptura se iniciou objetivamente na reeleição da presidente Dilma Rousseff em 2014 com a não aceitação do resultado das eleições pelo candidato Aécio Neves, do PSDB, o que, com essa atitude, desencadeou os eventos que mergulharam o País num estado de crescente caos social), pois, como disse, certas características se materializaram no que temos hoje em termos de Políticas Públicas, ou seja, a total ausência delas em todos os níveis (no tocante à educação no momento atual, observa-se um desmonte das já existentes e a implementação de uma agenda conservadora, além do desmonte das políticas no MEC³ (desde o início do governo Bolsonaro, mas que remonta ao período Temer), o que demonstra o processo de ruptura⁴ da aliança capital/trabalho nos 14 anos dos governos petistas.

Na gestão atual do Poder Executivo, gestão essa que começou a ser estruturada quando Temer usurpou a cadeira de Dilma e abriu caminho para a volta do Estado Mínimo e, ato contínuo, para o capital especulativo, e o rentismo (que na época de Dilma custou o cargo do Ministro Mantega por sua obstinada cruzada no combate ao rentismo) começou a predar as riquezas do País, principalmente com a venda das estatais estratégicas, as quais estão sob a gestão do “superministro” Paulo Guedes, o que representa o avanço do capital sobre o trabalho.

Tratar sobre Política e particularmente sobre Políticas Públicas no momento atual é como mergulhar nas brumas tendo em vista o cenário político brasileiro (e considerando a pandemia da COVID-19 que já ceifou mais de 500 mil brasileiros, muito em função da incapacidade de o governo federal lidar com a questão) e é deveras desolador, pois os aspectos estruturais e conjunturais que incidem sobre a maioria da população são no mínimo desesperadores. E é nesse contexto e até com certo saudosismo (de um passado recente) que se percebe a importância da participação popular e do controle social sobre a política e conseqüentemente sobre as Políticas Públicas no momento em que passamos por uma conjuntura marcada por um misto de autoritarismo, populismo e escravismo (SOUSA, 2019).

Para Dias (2012), as políticas variam de acordo com as questões econômicas, com a natureza do regime social e como o governo compreende o Estado, perpassando também pela atuação dos grupos sociais (partidos, sindicatos, associações etc.), portanto, de modo geral, as políticas no âmbito estatal envolvem também opções, preferências e/ou escolhas privadas, convertendo-se assim em ações públicas. Tudo isso está relacionado – é claro – com as

3 Dentre as inúmeras pautas, que vão desde a flexibilização da posse de armas até atentados claros contra o Estado como o fechamento do Supremo e a intervenção militar defendida por deputados bolsonaristas (inclusive o filho do presidente), o que são atos e ações do atual governo prejudiciais à democracia; durou pouco a esperança de pelo menos haver a manutenção do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – quando da sua aprovação em 17/12/2020, com destinação exclusiva para a rede pública, o que foi amplamente comemorado (o governo pretendia destinar uma parcela para entidades privadas como o Sistema S, confessionais, filantrópicas etc. e até pagamento de terceirizados, mas isso foi retirado no Senado). A alegria durou pouco, pois, de acordo com o Todos pela Educação, sob o argumento de atender à demanda pelo auxílio emergencial em função da pandemia que assola principalmente os pobres, circula no Congresso Nacional “o relatório preliminar da PEC Emergencial, do senador Márcio Bittar (MDB-AC), que revoga trechos do artigo 212 da Constituição Federal, extinguindo a subvinculação dos recursos à manutenção e ao desenvolvimento de ensino para União, Estados e Municípios (Inciso IV do Art. 4.º da PEC). Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/desvinculacao-total-do-orcamento-para-educacao-basica-colo-ca-em-risco-financiamento-educacional-como-um-todo-e-vai-na-contramao-do-novo-fundebdesvinculacao-total-do-orcamento-para-educacao-basica-colo/>. Acessado em: 25/02/2021.

4 Outro exemplo concreto dessa se não ruptura, mas, com certeza, do desprezo pelo exercício da cidadania foi a comemoração pela passagem dos 100 dias do Governo Bolsonaro, em abril de 2019, quando foi promulgado o Decreto presidencial n.º 9.759, que extinguiu todos os conselhos que não foram criados por Lei (esse ato implicou a redução de 700 Conselhos Federais para 50, sob o pretexto de redução de custos com a manutenção de estruturas inúteis) encerrando assim um período de participação social nas Políticas Públicas e na Política. Disponível: <https://apublica.org/2019/04/governo-federal-nao-sabe-quantos-conselhos-foram-extintos-nem-qual-sera-a-reducao-de-custos/>. Acesso: 25/02/2021.

questões globais que envolvem a economia, a política partidária que esbarra nas ideologias conflitantes, como também a opção ideológica do governo que em um dado momento operará a máquina estatal. Uma Política Pública só se efetivará se for baseada objetivamente em:

[...] programas concretos, critérios, linhas de ação e normas; planos; previsões orçamentárias, humanas e materiais; também podem ser incluídas as disposições constitucionais, as leis e os regulamentos, os decretos e resoluções administrativas, entre outras (DIAS, 2012, p. 16).

Com efeito, a Política Pública é a conexão que norteia a aplicação dos recursos públicos pelo Poder Público, podendo ocorrer no âmbito dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário ou em algum órgão ligado a um dos poderes (no caso do Ensino Superior são as Autarquias em regime especial, ligadas ao MEC, que por sua vez é subordinado ao Poder Executivo). Por outro lado, a despeito do formulador e/ou do executor da Política ser um ente estatal, alguém ligado à iniciativa privada ou às ONGs, seria de bom tom que uma avaliação fosse feita de modo a verificar a eficiência/eficácia tanto do que se refere aos recursos empregados, quanto se os objetivos foram atingidos. Esses são pressupostos que também estão relacionados ao controle social, o qual não acontece nos estados e/ou nos governos de viés autoritários.

[...] As instituições públicas de ensino superior sofrem as restrições impostas pelo aumento crescente das demandas políticas e sociais dos “stakeholders” para torná-las mais transparentes para a sociedade, aumentando a visibilidade dos seus custos e dos seus resultados; e, ao mesmo tempo, são estimuladas pelas autoridades estatais a buscar sua independência financeira via cobrança de anuidades, maior integração e agressividade no mercado de serviços. Essa política seria a base de sua legitimidade para o exercício pleno de sua autonomia financeiro-administrativa. Obviamente, esse jogo de pressão dupla varia em intensidade e abrangência de acordo com a história do sistema de ensino superior de cada sociedade, mas é inquestionável sua presença, o qual é visto como um padrão generalizado nas sociedades contemporâneas, colocando dilemas de variadas naturezas para os gestores governamentais e para os administradores, professores e pesquisadores das instituições de ensino superior” (PRATES, 2014, p. 17).

Sabemos que as Políticas de Educação, principalmente as do Ensino Superior, são relativamente recentes (pode-se dizer que começaram a ser desenhadas por volta do século XVIII), porém

os dilemas trazidos pela mundialização do capital deslocam a gestão pública dos sistemas de Ensino Superior para a lógica do sistema/empresa privada pressionando as instituições públicas a considerarem outras abordagens quanto ao atendimento das demandas por Políticas Públicas. Por outro lado, é importante apontar que se trata também de tarefa complexa (que vai da observação do currículo passando pela separação dos níveis e faixas etárias relacionadas aos conteúdos necessários, como também pela garantia de financiamento e pela observação dos interesses público e privado), principalmente em se tratando de um país relativamente jovem como o Brasil se comparado ao berço das primeiras universidades no medievo.

[...] Esse novo Estado passa a se ocupar de três tipos de funções: 1) a criação das condições gerais de produção (meios de transporte, de comunicação, de serviço postal, legislação civil, constituição de um mercado e de um sistema monetário nacional, desenvolvimento de um sistema educacional); 2) a repressão às ameaças ao modo de produção e acumulação (exército, polícia, sistemas judiciário e penitenciário); e 3) a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem (mediante o desenvolvimento da lógica vinculante da democracia) e a reprodução ideológica da classe hegemônica (por meio da educação, cultura e meios de comunicação dos serviços sociais) (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 161, 162).

Nesse contexto, várias estratégias foram lançadas; para os chamados países não alinhados, foram desenvolvidas políticas para trazê-los para a área de influência dos EUA, como também para diminuir a ameaça de um conflito bélico nuclear entre as duas superpotências e seus respectivos aliados; e, nesse contexto, “a partir da Conferência Ásia-África (na Indonésia, em 1955), reuniram-se ex-colônias e países do chamado “Terceiro Mundo” (América Latina, África e Ásia). “Foi particularmente para “alinhar” esses países ao bloco liderado pelos Estados Unidos que foram desenvolvidos o New Deal, a Doutrina Truman, o Plano Marshall, a OEA, o BID, a Cepal, a Aliança para Progresso (MONTANO & DURCUETTO, 2010, p. 155).

Isso posto, é a partir da redemocratização que o Brasil se insere no bojo das economias globalizadas, principalmente na transição do governo Collor/Itamar para FHC, a partir da adoção do modelo mercantil para o Ensino Superior, baseado principalmente na expansão do ensino privado (às

vezes em função de restrições orçamentárias, pela adoção de diretrizes dos Organismos Internacionais de Fomento), o que contribuiu também para a expansão mundial das matrículas do Ensino Superior a partir de Políticas Públicas guiadas fortemente pela hegemonia ideológica neoliberal e, por tabela, inseriu o País na lógica da gestão de empresas nos serviços públicos. Portanto se deixa de ver a Educação Superior Pública como um setor estratégico de desenvolvimento humano nacional passando-se a operar na lógica comercial da competição entre sistemas de ensino, com a busca pela eficiência e eficácia em termos de custos, além da adoção de avaliações de metas e resultados.

É claro que tanto as reformas quanto as políticas educacionais devem atender às necessidades particulares de cada Estado, mas devem também estar conectadas com os desafios futuros no contexto da globalização. Isso posto, é fundamental que a Universidade se envolva ativamente na reivindicação, no planejamento e na execução das Políticas Públicas sabendo que é inevitável acatar as recomendações dos organismos multilaterais como BM, FMI, OCDE e UNESCO, haja vista que não vivemos isolados do mundo e, se queremos fazer parte da comunidade internacional, temos que encontrar um ponto de equilíbrio, como disse Almeida Filho (2007), entre Harvard e Bolonha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devemos, em nome da emancipação humana, perguntar-nos se existe realmente uma responsabilidade da Educação no desenvolvimento sociocultural e político da sociedade como um todo; se a resposta for sim, logo se pode depreender que a ausência de Políticas Públicas educacionais de Ensino Superior contribuirá conseqüentemente para a exclusão das “minorias” no processo civilizatório e, por consequência, para a perpetuação das desigualdades sociais. Essa é uma questão que tem endereço certo, e prioritariamente deve ser feita aos que estão em condição e posição de decisão e com poder político, como também com o poder econômico, pois entendemos que, por estarmos no século XXI, certas respostas simplificadoras não mais terão vez para a perpetuação da instituição meramente reprodutora do raso para a maioria erroneamente chamada de minorias, o que não encontra eco no momento atual da civilização humana.

Isso posto, entendemos que, no contexto do Ensino Superior, é urgente pensar e repensar a função social da Universidade que chegue até as massas de forma descentralizada com a mesma qualidade ofertada às elites. Como a separação da Universidade em relação ao Estado, ao governo, ao partido é apenas aparente apesar da autonomia universitária, é bem difícil cobrar responsabilidade – principalmente financeira – de quem está na gestão direta. Por outro lado, ainda hoje se tem a impressão de que a Universidade está distante da sociedade como se a olhasse de cima ou de longe; e para os que estão de fora, principalmente para as camadas populares, é como uma miragem. Como dizia Humboldt (1997), existe uma grande diferença entre a escola e a Universidade. Por esse motivo se deve usar com empatia essa autonomia buscando sempre incluir os mais pobres, e uma das formas é estando mais perto desses, ou seja, estando essa instituição estrategicamente distribuída nos interiores e nas periferias.

Se considerarmos que maioria da população – mesmo as pessoas que vão à escola básica – não são preparadas para o Ensino Superior, na mesma medida temos que admitir que a Universidade, ainda em pleno século XXI, é visivelmente atrelada ao seu passado medieval e elitista, o que em alguns casos dificulta a tomada de posição frente a uma realidade objetiva atual que cobra uma ação imediata; e, nesse contexto, as transformações humanas ocorridas no intervalo entre o ontem e o hoje ficam para depois em função das questões econômicas. Muito se questiona sobre a autonomia universitária, o que mereceu de Kant um livro (*O conflito das faculdades*). Com efeito, a autonomia poderá ser ameaçada não apenas pelo Estado, mas também pelas próprias instituições mercantilizadas, pois, ao assumirem determinada orientação mercadológica, sufocam a essência do conhecimento humanístico substituindo-o pelo utilitarismo.

Assim não é razoável que um país do tamanho e com a riqueza do Brasil se submeta eternamente aos ditames das potências hegemônicas (primeiro Portugal; depois Inglaterra; e atualmente os EUA), e estas continuem exaurindo as riquezas dos povos em benefício próprio em detrimento das populações locais. Nesse contexto de subordinação às diretrizes dos Organismos Internacionais, deparamos com as Políticas de Interiorização, de forma que, se não

forem patrocinadas pelo Poder Público e se não for garantida sua continuidade como uma Política de Estado, bem como a sua ampliação (também na esfera de estados e municípios), corre-se o risco de em pouco tempo retornar-se ao ponto em que o acesso ao Ensino Superior fora dos grandes centros e das capitais não era possível para as “minorias” (trabalhadores rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.) ou mesmo para moradores de núcleos urbanos municipais das cidades do interior e das periferias das capitais.

Diante do estudo, podemos dizer que, apesar de todas as situações citadas pelos autores estudados: Abranches (1988), Adorno (1985), Almeida Filho (2007), Behring e Boschetti (2011), Di Giovanni (2009), Díaz e Mendonza (2018), Figueiredo (2007), Harvey (2018), Montano; Duriguetto (2010), Pereira (2014), Prates (2014), Souza (2019), não é correto atribuir todos os problemas internos apenas aos interesses do capital internacional, pois, se considerarmos que apesar de tudo o Ensino Superior conseguiu expandir-se e interiorizar-se nos governos do Partido dos Trabalhadores, os dados nos permitiram auferir tal conclusão; e de certa forma isso se deu com uma relativa assimilação dos modelos hegemônicos da economia global. No entanto, nos governos Temer e Bolsonaro, ocorreu um claro retrocesso na implementação e na manutenção das conquistas de acesso e de permanência no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 31, p. 5-38, 1988.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. *Universidade Nova: textos críticos e esperançosos*. Salvador: EDUFBA, 2007.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. 9.a ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DIAS, Reinaldo. *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. Reinaldo Dias, Fernando

Matos. São Paulo: Atlas, 2012.

DIAZ, Martha Melizza Ordóñez; MENDONZA, Brigitte Julieth Rodríguez. *Influencia de los organismos internacionales en las reformas educativas de Latino América*. *Educación y Ciudad*. No. 34 Enero - Junio de 2018 ISSN 0123-425 Web-online 2357-6286 pp. 101-112.

DI GIOVANNI, G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. *Caderno de pesquisa, Campinas*, n.o 82, 2009.

FIGUEIREDO, A. *Government coalitions Brazilian democracy*. *Brazilian Political Science Review*, v. 1, n.o 1, p. 182-216. 2007.

HARVEY, David. *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. Trad. Artur Renzo. 1.a Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MONTANO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. Carlos Montano, Maria Lúcia Duriguetto. 3.ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, J. M. M. *As ideias do poder e o poder das ideias: o Banco Mundial como ator político-intelectual*. *Revista Brasileira de Educação* v. 19, n.o 56 jan.-mar. 2014.

PRATES, Antonio A. P. *Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI*. 1.a ed. Belo Horizonte MG: Fino Traço, 2014.

SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação, 2019.